

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.480.856 - RN  
(2019/0094731-6)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PROCURADOR : RICARDO GEORGE FURTADO DE MENDONÇA E**  
**MENEZES E OUTRO(S) - RN001665**  
**AGRAVADO : SONALI DUARTE JERONIMO DE SOUSA**  
**ADVOGADOS : ANA LIA GOMES PEREIRA - RN001401**  
**ALBANIZA DE MEDEIROS PEREIRA ARAÚJO -**  
**RN005337**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PLEITO DE CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO CARGO DE ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA.

I - Na origem, trata-se de mandado de segurança em que a ora agravada questiona a não convocação e nomeação para a assunção do cargo de especialista de educação. No Tribunal *a quo*, a segurança foi concedida.

II - Negou-se seguimento ao recurso especial com base no óbice referente à incidência da Súmula n. 83/STJ (no sentido de que há exceção legal quanto aos limites orçamentários quando as despesas excedentes forem decorrentes de decisão judicial (art. 19, § 1º, IV da LC n. 101/2000) e de lei). Agravo nos próprios autos que não impugna os fundamentos da decisão recorrida.

III - São insuficientes para considerar como impugnação aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial na origem: meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à negativa de seguimento, o combate genérico e não específico e a simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do agravo em recurso especial.

IV - No caso em que foi aplicado o Enunciado n. 83 do STJ, incumbe à parte, no agravo em recurso especial, pelo menos, apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada. Não o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos.

V - Agravo interno improvido.

## ACÓRDÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

